

SUMÁRIO

NOTA DO ATUALIZADOR

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1.1	<i>A separação dos Poderes do Estado</i>	19
1.1.1	<i>Ideia antiga</i>	19
1.1.2	<i>Divisão de poderes e garantia de direitos</i>	20
1.2	<i>Divisão de Poderes e função jurisdicional</i>	21
1.2.1	<i>Independência orgânica</i>	21
1.2.2	<i>O Poder Judiciário</i>	21
1.3	<i>A função ou atividade jurisdicional</i>	22
1.3.1	<i>Atividade imparcial</i>	22
1.3.2	<i>A atividade jurisdicional e garantia de imparcialidade</i>	22
1.4	<i>A garantia de tutela judiciária e o mandado de segurança na Constituição Federal de 1988</i>	23
1.4.1	<i>A garantia de tutela judiciária</i>	23
1.4.2	<i>O mandado de segurança. Direito líquido e certo</i> ...	24
1.4.3	<i>Cabimento em matéria tributária</i>	26
1.5	<i>Distinções importantes entre os instrumentos de defesa do contribuinte</i>	30
1.5.1	<i>O mandado de segurança e a ação ordinária</i>	30
1.5.2	<i>Ação declaratória</i>	32
1.5.3	<i>Ação anulatória</i>	35
1.5.4	<i>Embargos à execução</i>	36

2. O PROCEDIMENTO

2.1	<i>A opção pelo mandado de segurança</i>	37
------------	---	-----------

2.2	<i>O depósito</i>	38
2.3	<i>Preferência para julgamento</i>	38
2.4	<i>A petição inicial</i>	41
2.5	<i>Protocolo e distribuição</i>	42
2.6	<i>Juízo de admissibilidade</i>	43
2.7	<i>O juízo de admissibilidade nos tribunais</i>	44
2.8	<i>Notificação e informações da autoridade impetrada</i>	45
2.9	<i>Citação de litisconsortes</i>	45
2.10	<i>O parecer do Ministério Público</i>	46
2.11	<i>O pedido de suspensão da liminar</i>	46
2.12	<i>Recurso contra a denegação da liminar</i>	48
2.13	<i>O julgamento do mandado de segurança</i>	49
2.14	<i>Remessa de ofício</i>	50
2.15	<i>Apelação</i>	52
2.16	<i>Julgamento omissivo, contraditório ou obscuro</i>	52
2.17	<i>Julgamento não unânime</i>	52
2.18	<i>Recurso Especial ou Extraordinário</i>	53
2.19	<i>Agravo</i>	54
2.20	<i>Recursos na instância especial ou extraordinária</i>	55
2.21	<i>Juízo competente</i>	55
	2.21.1 <i>Justiça Federal e Justiça Estadual</i>	55
	2.21.2 <i>Juízo de primeiro grau ou tribunal</i>	56
	2.21.3 <i>Autor ou executor do ato impugnado</i>	56
	2.21.4 <i>Decisão que declara a incompetência</i>	57
2.22	<i>Ainda os Recursos Especial e Extraordinário</i>	57
	2.22.1 <i>Estreitamento da via recursal</i>	57
	2.22.2 <i>Conflito entre lei ordinária e lei complementar</i>	57
	2.22.3 <i>Exame de questão constitucional pelo Superior Tribunal de Justiça</i>	59
	2.22.4 <i>Recurso prematuro</i>	62
	2.22.5 <i>Repercussão geral da questão constitucional</i>	63
2.23	<i>Intempestividade do recurso prematuro</i>	63
	2.23.1 <i>Considerações iniciais sobre a tese e seus efeitos</i> ...	63
	2.23.2 <i>A finalidade dos prazos</i>	67
	2.23.3 <i>Início dos prazos</i>	69
	2.23.4 <i>Intimação e início do prazo recursal</i>	69

2.23.5	<i>Renúncia aos prazos</i>	71
2.23.6	<i>Prazo aceleratório ou peremptório</i>	71
2.23.7	<i>Prazo em favor da parte vencida</i>	72
2.23.8	<i>Tratamento excepcional dos embargos de declaração</i>	72
2.24	<i>Considerações finais</i>	73
3.	<i>O PRAZO PARA IMPETRAÇÃO</i>	
3.1	<i>Natureza jurídica</i>	75
3.2	<i>Constitucionalidade</i>	78
3.3	<i>Termo inicial</i>	81
3.3.1	<i>Dispositivo específico. A ciência do ato impugnado</i> ...	81
3.3.2	<i>Peculiaridades</i>	82
3.3.3	<i>Ato administrativo único com efeitos permanentes</i>	84
3.3.4	<i>Omissão continuada da Administração Pública</i>	85
3.4	<i>Impetração e recurso administrativo</i>	85
3.4.1	<i>O efeito suspensivo das reclamações e recursos</i>	85
3.4.2	<i>Suspensividade e cabimento da impetração</i>	86
3.5	<i>O prazo na impetração preventiva</i>	87
3.6	<i>O prazo na relação jurídica continuativa</i>	89
3.6.1	<i>Relação instantânea e relação continuativa</i>	89
3.6.2	<i>Ameaça ou norma de efeito concreto</i>	91
3.6.3	<i>O entendimento do STF</i>	92
3.7	<i>O prazo no caso de omissão</i>	94
3.8	<i>Quando se tem como exercitado o direito</i>	95
3.8.1	<i>Entrega da inicial no protocolo</i>	95
3.8.2	<i>Hora da entrega da inicial</i>	95
3.8.3	<i>Juízo incompetente</i>	95
3.9	<i>Síntese</i>	96
4.	<i>OS SUJEITOS</i>	
4.1	<i>Noções</i>	99
4.2	<i>O impetrante</i>	100
4.2.1	<i>Titular do direito violado ou ameaçado</i>	100
4.2.2	<i>Titular de direito decorrente</i>	102
4.2.3	<i>Direito decorrente e legitimidade</i>	103
4.2.4	<i>O mandado de segurança coletivo</i>	105

4.2.4.1	Entidade de classe ou associação	105
4.2.4.2	O direito a ser protegido	106
4.2.4.3	Mandado de Segurança coletivo e declaração de inconstitucionalidade	106
4.2.4.4	Posição processual da impetrante.....	107
4.3	<i>A autoridade impetrada.....</i>	108
4.3.1	<i>Posição processual.....</i>	108
4.3.2	<i>Identificação pelo impetrante.....</i>	109
4.4	<i>Litisconsorte passivo</i>	112
4.4.1	<i>Facultativo.....</i>	112
4.4.2	<i>Necessário.....</i>	113
4.5	<i>O Ministério Público.....</i>	114
4.6	<i>A pessoa jurídica de direito público.....</i>	114
5.	<i>IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA PELO ESTADO</i>	
5.1	<i>Introdução</i>	115
5.2	<i>Origem do mandado de segurança.....</i>	116
5.2.1	<i>O “habeas corpus”.....</i>	116
5.2.2	<i>Ampliação do “habeas corpus” e o novo instrumento processual.....</i>	116
5.2.3	<i>Proteção do particular contra o Estado</i>	117
5.3	<i>Impetração por pessoa jurídica</i>	119
5.3.1	<i>Não restrição das garantias constitucionais.....</i>	119
5.3.2	<i>Pessoas jurídicas de direito privado</i>	120
5.3.3	<i>Pessoa jurídica de direito público.....</i>	121
5.3.4	<i>A isonomia</i>	122
5.4	<i>Impetração contra ato judicial.....</i>	123
5.4.1	<i>O juiz como autoridade coatora.....</i>	123
5.4.2	<i>O impetrante como pessoa</i>	125
5.4.3	<i>A inversão total da finalidade</i>	127
5.4.4	<i>Supressão do contraditório</i>	128
5.4.5	<i>Ataque a outras garantias constitucionais.....</i>	128
5.4.6	<i>Suspensão de liminar ou de sentença.....</i>	128
5.4.7	<i>Direito subjetivo e prerrogativa de função.....</i>	129
5.4.8	<i>Direito subjetivo e conflito de poderes.....</i>	130
5.4.9	<i>Impetrante e parte passiva. Efeitos patrimoniais.....</i>	131

5.5	<i>O poder estatal</i>	132
5.6	<i>Conclusões</i>	132
6.	O MINISTÉRIO PÚBLICO	
6.1	<i>O Ministério Público como parte impetrante</i>	135
6.2	<i>Como fiscal da lei</i>	138
6.2.1	<i>A defesa da ordem jurídica</i>	138
6.2.2	<i>Vedação de atividade política</i>	138
6.2.3	<i>Exceção convertida em regra</i>	141
6.2.4	<i>Oportunidade para manifestação</i>	145
6.2.4.1	Os regimentos e a doutrina.....	145
6.2.4.2	A Constituição e a lei.....	147
6.2.4.3	Ausência de manifestação	147
6.2.4.4	Poder de veto	147
6.2.4.5	Manifestação em segunda instância	148
6.3	<i>Competência</i>	149
6.3.1	<i>O Ministério Público e a função jurisdicional</i>	149
6.3.2	<i>Atuação em litisconsórcio</i>	151
6.4	<i>Legitimidade para recorrer</i>	152
6.5	<i>Legitimidade para pedir a suspensão da liminar e da sentença</i>	152
7.	A PETIÇÃO INICIAL	
7.1	<i>A inicial e sua importância</i>	153
7.2	<i>Forma e requisitos</i>	154
7.2.1	<i>A forma escrita</i>	154
7.2.2	<i>Os requisitos legais</i>	155
7.2.2.1	A autoridade impetrada	155
7.2.2.2	O valor da causa	157
7.2.2.3	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido	157
7.3	<i>As provas</i>	158
7.3.1	<i>Prova documental pré-constituída</i>	158
7.3.2	<i>Requisição de documentos</i>	160
7.3.3	<i>Confissão e admissão</i>	161
7.3.3.1	Confissão	161

	7.3.3.2	Admissão	163
	7.3.3.3	Distinção essencial	163
7.4		O pedido e seus fundamentos	166
	7.4.1	<i>O objeto específico do mandado de segurança.....</i>	166
	7.4.2	<i>Restrições decorrentes da especificidade do objeto....</i>	167
	7.4.3	<i>O pedido de segurança.....</i>	168
	7.4.3.1	O pedido de liminar	169
	7.4.3.2	Impropriedade terminológica	169
	7.4.3.3	Liminar diversa.....	170
	7.4.3.4	Pedidos sucessivos	170
	7.4.3.5	Pedido de declaração	171
	7.4.4	<i>Os fundamentos da impetração.....</i>	172
	7.4.5	<i>Os fundamentos e a causa de pedir.....</i>	172
	7.4.6	<i>Deferimento por fundamento diverso do pedido.....</i>	173
7.5		O indeferimento liminar do pedido.....	175
	7.5.1	<i>Indeferimento de liminar e indeferimento liminar ...</i>	175
	7.5.2	<i>Inicial inepta.....</i>	175
	7.5.3	<i>Impossibilidade jurídica do pedido.....</i>	176
	7.5.4	<i>Emenda e complementação do pedido.....</i>	177
	7.5.5	<i>Questões preliminares</i>	177
7.6		A desistência	178
8.		MEDIDA LIMINAR	
8.1		Natureza jurídica.....	179
8.2		Pressupostos legais.....	180
	8.2.1	<i>Fundamento relevante</i>	181
	8.2.2	<i>Perigo de ineficácia da sentença.....</i>	182
	8.2.3	<i>Audiência da autoridade impetrada.....</i>	185
	8.2.4	<i>Liminar e presunção de constitucionalidade das leis.....</i>	185
	8.2.5	<i>Liminar e presunção de validade dos atos administrativos</i>	186
8.3		Restrições legais.....	186
8.4		Deferimento de ofício.....	189
	8.4.1	<i>Manifestações contrárias. Crítica.....</i>	189
	8.4.2	<i>Irrelevância na prática.....</i>	191

8.5	<i>Medida diversa da requerida</i>	191
8.6	<i>Liminar satisfativa</i>	191
	8.6.1 <i>Compreensão equivocada</i>	191
	8.6.2 <i>O pleno exaurimento</i>	192
	8.6.3 <i>Definitividade e ineficácia da sentença</i>	193
	8.6.4 <i>Situação extrema. Necessidade de caução</i>	193
8.7	<i>Liminar, vinculação e discricionarismo</i>	196
	8.7.1 <i>A doutrina do ato discricionário</i>	196
	8.7.2 <i>Discricionariedade e interpretação</i>	197
8.8	<i>Revogação, cassação ou reconsideração</i>	198
	8.8.1 <i>Questão terminológica</i>	198
	8.8.2 <i>Reconsideração</i>	199
8.9	<i>Recurso contra o indeferimento</i>	199
8.10	<i>Suspensão pelo presidente do tribunal</i>	201
	8.10.1 <i>Previsão legal. A questão da legitimidade</i>	201
	8.10.2 <i>Litisconsortes</i>	203
	8.10.3 <i>Fundamento político</i>	204
	8.10.4 <i>Competência para apreciar o pedido de suspensão</i> ...	207
	8.10.5 <i>Recurso</i>	208
8.11	<i>Suspensão da liminar e sentença concessiva da segurança</i>	210
	8.11.1 <i>Interpretação literal</i>	210
	8.11.2 <i>Interpretação teleológica e economia processual</i> ...	210
	8.11.3 <i>Precedente do STJ e do STF</i>	212
	8.11.4 <i>Suspensão da segurança e contraditório</i>	213
8.12	<i>Prazo de vigência</i>	213
8.13	<i>Liminar e denegação da segurança</i>	214
	8.13.1 <i>A jurisprudência do STF</i>	214
	8.13.2 <i>Ilogicidade aparente</i>	215
	8.13.3 <i>Liminar na apelação</i>	215
	8.13.4 <i>Alternativas para o impetrante</i>	216
8.14	<i>Efeitos da cassação da liminar</i>	217
	8.14.1 <i>Configuração da mora</i>	217
	8.14.2 <i>Os equívocos</i>	218
	8.14.3 <i>Não configuração da mora</i>	218
	8.14.4 <i>Correção monetária e juros</i>	219

8.14.5	<i>Retorno à condição anterior</i>	219
8.15	<i>Enfraquecimento da tutela judicial de urgência</i>	220
9.	<i>DEPÓSITO SUSPENSIVO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</i>	
9.1	<i>Introdução</i>	221
9.2	<i>Liminar e depósito</i>	224
9.3	<i>O direito de depositar</i>	226
9.3.1	<i>Desnecessidade de autorização judicial</i>	226
9.3.2	<i>Depósito e medida cautelar</i>	227
9.3.3	<i>Depósito e mandado de segurança</i>	228
9.4	<i>A questão da integralidade do depósito</i>	229
9.4.1	<i>O que é o valor integral</i>	229
9.4.2	<i>Os tributos lançados por homologação</i>	229
9.5	<i>Efeitos do depósito</i>	231
9.5.1	<i>Suspensão da exigibilidade</i>	231
9.5.2	<i>Impedir a inadimplência</i>	231
9.5.3	<i>Correção monetária e juros</i>	232
9.6	<i>Decisão judicial sobre o depósito</i>	232
9.6.1	<i>Suspensão da exigibilidade</i>	232
9.6.2	<i>Conversão em renda</i>	233
9.6.3	<i>Liberação</i>	233
9.6.3.1	<i>Depósito voluntário</i>	233
9.6.3.2	<i>Depósito como contracautela. Substituição</i>	236
9.6.3.3	<i>Depósito na execução fiscal</i>	236
9.6.3.4	<i>Desistência da ação</i>	237
9.7	<i>O procedimento. Depósitos sucessivos</i>	237
9.8	<i>Os depósitos e a Lei 9.703/1998</i>	238
10.	<i>A SENTENÇA E A COISA JULGADA</i>	
10.1	<i>A sentença</i>	247
10.1.1	<i>Conceito e espécies</i>	247
10.1.2	<i>Natureza jurídica</i>	248
10.1.3	<i>Requisitos essenciais</i>	250
10.1.3.1	<i>Sentença definitiva e sentença terminativa</i>	250
10.1.3.2	<i>Relatório</i>	251

10.1.3.3	Fundamentos	251
10.1.3.4	Dispositivo.....	253
10.1.3.5	Pertinência	254
10.1.3.6	Clareza e coerência.....	254
10.2	<i>Coisa julgada</i>	255
10.2.1	<i>Conceito e espécies</i>	255
10.2.2	<i>Os arts. 19 e 6º, § 6º, da Lei 12.016, e a Súmula 304 do STF</i>	256
10.2.3	<i>Manifestações doutrinárias divergentes</i>	258
10.2.4	<i>Nossa posição</i>	259
10.2.4.1	Os limites objetivos da coisa julgada	260
10.2.4.2	O dispositivo na sentença de mérito.....	263
10.2.4.3	O dispositivo na sentença terminativa.....	264
10.2.5	<i>Coisa julgada e relação jurídica continuativa</i>	265
10.2.5.1	Manifestações doutrinárias.....	265
10.2.5.2	A jurisprudência do STF	267
10.2.5.3	Relação tributária continuativa.....	271
10.2.5.4	Pedido de declaração no mandado de segurança	273
10.3	<i>A nova disciplina da coisa julgada no mandado de segurança</i>	275
10.3.1	<i>As disposições da lei anterior</i>	275
10.3.2	<i>As disposições da lei atual</i>	276
10.3.3	<i>O mérito no mandado de segurança</i>	276
10.3.4	<i>Ampliação da coisa julgada em detrimento do impetrante</i>	277
11.	<i>A QUESTÃO DA SUCUMBÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA</i>	
11.1	<i>A Súmula 512 do STF</i>	279
11.2	<i>Manifestações do STJ</i>	280
11.3	<i>Nosso ponto de vista</i>	281
11.3.1	<i>Justiça e segurança</i>	281
11.3.2	<i>A segurança jurídica e o respeito às súmulas</i>	283
11.3.3	<i>O STJ como última instância</i>	285
11.3.4	<i>O fundamento da sucumbência</i>	285
11.3.5	<i>O mandado de segurança e o CPC</i>	286
11.3.6	<i>O aspecto de política jurídica</i>	286

11.3.7	<i>Solução legislativa</i>	287
11.3.8	<i>Responsabilidade pelo dano</i>	288
11.4	<i>A opção do legislador</i>	288
11.4.1	<i>Não condenação nos honorários da sucumbência</i> ...	288
11.4.2	<i>Sanções pela litigância de má-fé</i>	288
11.4.3	<i>Crimes de desobediência e de responsabilidade</i>	289
11.4.4	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	290

12. Os RECURSOS

12.1	<i>Generalidades</i>	293
12.2	<i>Admissibilidade e mérito</i>	295
12.2.1	<i>Distinção</i>	295
12.2.2	<i>Requisitos intrínsecos</i>	297
12.2.2.1	Cabimento	297
12.2.2.2	Legitimação	297
12.2.2.3	O interesse em recorrer.....	301
12.2.2.4	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo	302
12.2.3	<i>Requisitos extrínsecos</i>	303
12.2.3.1	Tempestividade.....	303
12.2.3.2	Regularidade formal.....	304
12.2.3.3	Preparo.....	305
12.3	<i>Efeitos</i>	305
12.4	<i>As espécies de recurso</i>	306
12.4.1	<i>Apelação</i>	307
12.4.1.1	Cabimento e outros requisitos	307
12.4.1.2	Prazo	308
12.4.1.3	Juízo de admissibilidade.....	308
12.4.1.4	Efeitos.....	309
12.4.1.4.1	Efeito devolutivo.....	309
12.4.1.4.2	Efeito suspensivo	311
12.4.1.5	Procedimento.....	311
12.4.2	<i>Agravo de instrumento</i>	312
12.4.2.1	Cabimento e outros requisitos	312
12.4.2.1.1	Argumentos pelo incabimento.....	316
12.4.2.1.2	Refutação	316

12.4.2.2	Prazo	319
12.4.2.3	Juízo de admissibilidade.....	319
12.4.2.4	Efeitos.....	320
12.4.2.5	Procedimento.....	320
12.4.3	<i>Embargos de declaração</i>	321
12.4.3.1	Cabimento.....	321
12.4.3.2	Prazo	322
12.4.3.3	Juízo de admissibilidade.....	322
12.4.3.4	Efeitos.....	323
12.4.3.5	Procedimento.....	323
12.4.4	<i>Embargos infringentes</i>	324
12.4.5	<i>Recurso ordinário</i>	324
12.4.5.1	Cabimento e outros requisitos	324
12.4.6	<i>Recurso especial</i>	326
12.4.6.1	Cabimento e outros requisitos	326
12.4.6.2	Prazo	329
12.4.6.3	Juízo de admissibilidade.....	329
12.4.6.4	Efeitos.....	330
12.4.6.5	Procedimento.....	330
12.4.7	<i>Recurso extraordinário</i>	331
12.4.7.1	Cabimento e outros requisitos	331
12.4.7.1.1	Contrariedade a dispositivo constitucional	332
12.4.7.1.2	Pré-questionamento	332
12.4.7.2	Prazo	332
12.4.7.3	Juízo de admissibilidade.....	333
12.4.7.4	Efeitos.....	333
12.5	<i>O mandado de segurança como recurso</i>	333

13. IMPETRAÇÃO PREVENTIVA

13.1	<i>Introdução</i>	335
13.2	<i>A garantia constitucional de prevenção</i>	336
13.3	<i>As restrições</i>	337
13.4	<i>Os fatos incontroversos</i>	339
13.5	<i>Impetração preventiva e impetração contra a lei em tese</i>	342
13.6	<i>A ameaça e o justo receio</i>	344
13.7	<i>A impetração preventiva e o fato complexo</i>	349

13.8	<i>A questão da decadência</i>	350
13.8.1	<i>Restrições aos instrumentos contra o arbítrio</i>	350
13.8.2	<i>Impetração contra a lei em tese e decadência</i>	351
13.8.3	<i>Distinção entre lesão e ameaça</i>	352
13.8.4	<i>Impetração preventiva e decadência na jurisprudência do STJ</i>	354
13.8.5	<i>As relações de trato sucessivo</i>	356
13.8.6	<i>Leis de efeitos concretos</i>	358
13.8.7	<i>Equívoco ou tendência ideológica?</i>	361
13.9	<i>Conclusões</i>	361
14.	<i>MANDADO DE SEGURANÇA E CONSULTA FISCAL</i>	
14.1	<i>A finalidade da consulta</i>	363
14.2	<i>Consulta sobre situação hipotética</i>	364
14.3	<i>Consulta em caso concreto</i>	364
14.4	<i>Os equívocos da doutrina e da jurisprudência</i>	366
14.5	<i>Julgado anterior</i>	367
14.6	<i>Os diversos efeitos da resposta à consulta</i>	368
14.6.1	<i>Efeito vinculante</i>	368
14.6.2	<i>Efeito de simples interpretação</i>	369
14.7	<i>A resposta à consulta e o mandado de segurança</i>	370
14.8	<i>O mandado de segurança preventivo contra respostas em tese</i>	371
15.	<i>A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA</i>	
15.1	<i>Introdução</i>	373
15.2	<i>O direito à compensação</i>	374
15.3	<i>Compensação e lançamento</i>	375
15.4	<i>Compensação e medida liminar em mandado de segurança</i>	376
15.4.1	<i>O cabimento do mandado de segurança</i>	376
15.4.2	<i>A medida liminar</i>	379
15.4.3	<i>A formulação do pedido</i>	382
15.5	<i>Compensação e ação ordinária</i>	383
16.	<i>O DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO</i>	
16.1	<i>Introdução</i>	389
16.2	<i>O processo administrativo tributário</i>	390

16.2.1	Conceito.....	390
16.2.2	Natureza jurídica e utilidade.....	390
16.3	Decisão administrativa.....	391
16.3.1	O direito à decisão no lançamento.....	391
16.3.2	O direito à decisão sobre outras pretensões	392
16.3.3	Decisão fundamentada	392
16.3.4	Fundamentação e controle judicial.....	394
16.3.5	Decisão sobre inconstitucionalidade das leis	395
16.4	O contraditório e a ampla defesa.....	398
16.4.1	Os conceitos.....	398
16.4.2	A prova.....	399
16.4.3	Diligências prescindíveis ou impraticáveis.....	400
16.4.4	O ônus da prova.....	400
16.5	Vício formal.....	401
16.5.1	Conceito.....	401
16.5.2	Consequência. Novo lançamento	402
16.6	Impetração de mandado de segurança.....	402
16.7	Utilidade da decisão administrativa.....	403
17. O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO		
17.1	Garantia constitucional	405
17.2	O impetrante e os direitos protegidos	405
17.3	Particularidade referente à medida liminar.....	407
17.4	Litispendência e coisa julgada.....	407
BIBLIOGRAFIA.....		409
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS.....		417